

Congresso vai pagar os 10,9% como um abono

O Congresso Nacional deverá votar na próxima semana o projeto de decreto legislativo regulamentando o pagamento do adicional de 10,94% aos salários dos funcionários do Legislativo e do Judiciário, na forma de um abono que não será incorporado aos salários. A partir de abril, o vencimento dos servidores será calculado, de acordo com o novo texto da MP nº 434, com base na URV do último dia útil do mês.

Para a maioria dos líderes partidários, a aprovação do decreto e a reedição da MP encerram a crise entre os poderes Judiciário e Executivo. "A questão está encerrada", resumiu o líder do Governo, senador Pedro Simon (PMDB-RS). Para o líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (PMDB-MG), a crise foi totalmente superada, tanto que "não há mais urgência em votar nada".

Mesmo evitando dar declarações sobre a polêmica criada em torno dos salários do Judiciário, o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), confidenciou a assessores que o Supremo Tribunal Federal foi muito hábil nas negociações e, diante da nova redação proposta pelo Governo para a medida provisória da URV, deverá encerrar o assunto na próxima semana.